



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR AUTÁRQUICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

Ao contrário da maioria dos humanos, eu me conectaria à “máquina da felicidade”, descrita no célebre experimento mental de Robert Nozick. Para quem não conhece, o filósofo pede que imaginemos uma engenhoca capaz de gerar estímulos prazerosos tão perfeita que, se nos ligássemos a ela, viveríamos uma vida de júbilos, que não teríamos como distinguir da realidade, e pergunta se escolheríamos a máquina ou a realidade.

Nozick criou seu experimento para refutar o hedonismo ético, isto é, a ideia de que o prazer é o fim que todos perseguimos. Se a maioria prefere a realidade à máquina, está provado que o prazer não é tudo que importa. Embora Nozick nunca tenha submetido seu experimento a testes, outros autores o fizeram, constatando maiorias a favor do real que ficam entre 70% e 85%.

Por um bom tempo, a conclusão de Nozick foi considerada válida, mas filósofos começaram a questioná-la e a demonstrar que não é tanto que desejemos o real, mas sim que rejeitemos mudanças. Isso fica claro se modificarmos o experimento. Em vez de perguntar ao sujeito se ele quer ser ligado à máquina, nós o informamos de que passou a vida conectado a uma e o questionamos se deseja permanecer nessa condição ou passar a viver “na realidade”. Nesse caso, a proporção dos que preferem o real cai para 13%.

Minha opção pessoal pela máquina é mais singela. Ainda que exista uma realidade objetiva ou mesmo transcendente, somos prisioneiros daquilo que estamos equipados para perceber como real. Nesse contexto, o experimento se torna só uma pergunta sobre ter mais ou menos prazer. E não vejo razão para ter menos, já que, para todos os efeitos, essa seria nossa realidade.

(Hélio Schwartzman. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2023/06/a-felicidade-num-clique.shtml>)

01. De acordo com o texto, Nozick

- (A) surpreendeu-se ao saber que o experimento mental que propusera estava sendo questionado por alguns filósofos.
- (B) pesquisou a razão pela qual a maioria das pessoas têm grande receio de permanecer ligadas a uma máquina.
- (C) não obteve autorização para construir uma máquina capaz de desligar as pessoas da realidade em que vivem.
- (D) chegou a conclusões muito distintas daquelas a que chegaram autores que testaram seu experimento.
- (E) tinha a intenção de demonstrar que as pessoas preferem a realidade em que vivem a uma existência jubilosa.

02. Segundo o texto, filósofos procuraram provar que, em relação ao experimento mental proposto por Nozick, a maioria das pessoas

- (A) prefere permanecer na situação em que se encontra.
- (B) refuta a ideia de ser ligada para sempre a uma máquina.
- (C) gostaria de ter uma vida com mais prazeres e alegrias.
- (D) demonstra receio de mudanças repentinas ou superficiais.
- (E) aceita a contragosto e com dificuldade a vida que leva.

03. A reescrita do trecho – ... se nos ligássemos a ela, viveríamos uma vida de júbilos... (1º parágrafo) – apresenta correlação verbal, segundo a norma-padrão, em:

- (A) ... se nos ligamos a ela, viveríamos uma vida de júbilos...
- (B) ... se nos ligarmos a ela, vivíamos uma vida de júbilos...
- (C) ... se nos ligarmos a ela, viveremos uma vida de júbilos...
- (D) ... se nos ligarmos a ela, viveremos uma vida de júbilos...
- (E) ... se nos ligamos a ela, vivíamos uma vida de júbilos...

04. A concordância verbal e o emprego da vírgula estão de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Realizou-se muitos testes, a partir do experimento mental da “máquina da felicidade”, proposto por Nozick.
- (B) Na vida das pessoas, que escolhessem se ligar à máquina haveriam sempre prazeres de todo tipo, e nunca sofrimento.
- (C) A realidade ou a máquina deveria, necessariamente, ser escolhida nos testes relativos ao experimento de Nozick.
- (D) Nos testes, espera-se que a resposta das pessoas, às perguntas formuladas sejam um reflexo de seu pensamento.
- (E) Um grupo de pessoas responderam às perguntas, formuladas pelos autores que testaram, o experimento de Nozick.

05. Considere os trechos.

- Embora Nozick nunca **tenha submetido seu experimento** a testes... (2º parágrafo)
- ...**constatando maiorias** a favor do real... (2º parágrafo)
- Isso fica claro se **modificarmos o experimento**. (3º parágrafo)

As passagens em destaque foram reescritas segundo a norma-padrão em:

- (A) o tenha submetido ... constatando-as ... o modificarmos
- (B) tenha-o submetido ... constatando-as ... modificarmos-lo
- (C) tenha-o submetido ... as constatando ... o modificarmos
- (D) o tenha submetido ... constatando-as ... modificarmos-lo
- (E) tenha submetido-o ... as constatando ... o modificarmos

Leia o texto para responder às questões de números **06 a 10**.

Ouçó falar de escritores atemorizados, assombrados com sua própria morte. Escritores que não temem o lento de-
finhar do corpo, não temem o desfalecer da mente num sono
fatal. O que temem é um fim menor, é a morte de sua função.
Sofrem com a ameaça cada vez mais concreta de que má-
quinas passem a realizar seu trabalho, ponham-se a escre-
ver romances, poemas, crônicas, ensaios filosóficos. Sentem
atordoados seus pobres cérebros ante a grandiosidade do
cérebro eletrônico, sentem obsoletos seus caóticos neurô-
nios em face de algoritmos bem mais ordeiros, mais eficazes.

Esse receio já longo e tratado em ficções demais ga-
nhou contornos quase dramáticos nos últimos meses, desde
a aparição de programas que criam textos inéditos de quali-
dade razoável, e da publicação dos primeiros romances de
autoria eletrônica. O debate tem tomado mais de uma mesa
de bar, mais de um fórum virtual, confrontando não exata-
mente máquinas e humanos, mas sim céticos e apocalípticos,
calmos e atormentados. Os primeiros se riem da promessa
descumprida, riem das precariedades da máquina, de sua
absoluta inaptidão para o humor e o lirismo. Os segundos
mantêm os cenhos franzidos e alertam com sabedoria: não
se enganem, a máquina acaba de surgir, e há de se livrar das
fraquezas em velocidade impressionante.

De minha parte, se me permitem, prefiro permanecer
desassombrado — a morte literal ainda me parece um terror
mais palpável. Não que eu seja um cético, não duvido da ca-
pacidade robótica de nos abismar, confio que em pouco tem-
po computadores comporão obras consideráveis, e em muito
tempo podem chegar a portentos literários. Mas desconfio é
dos humanos: da nossa disposição de apreciar um romance
bom carente de um autor, desprovido de uma figura ante-
rior feita de carne e de sonho. Desconfio que não queiramos
livros escritos sem suor e intenção, redigidos por seres insen-
síveis às desrazões da arte, por seres indiferentes à história
humana, seu prazer, sua dor.

(Julián Fuks. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2023/05/13/a-nova-morte-do-autor-substituido-agora-pelo-cerebro-eletronico.htm>. Adaptado)

06. Segundo o texto, é correto afirmar que

- (A) alguns escritores temem que, após sua morte, os robôs substituam seu legado com obras literárias mais bem escritas.
- (B) as máquinas poderão identificar, em textos já publi-
cados, defeitos provenientes de uma escrita humana
imperfeita.
- (C) os céticos consideram limitada a capacidade dos robôs
de escreverem textos com a mesma habilidade dos
humanos.
- (D) os livros escritos por meio da inteligência artificial se-
rão muito mais baratos e acessíveis do que os demais.
- (E) se organizam grupos na internet e fora dela para reivin-
dicar a proibição de livros de autoria eletrônica.

07. Na opinião do autor, os leitores

- (A) sentem-se enganados por obras produzidas pela inte-
ligência artificial, pois a autoria delas é desconhecida.
- (B) tendem a refutar obras produzidas sem o envolvimen-
to e esforço característicos dos autores humanos.
- (C) não estão dispostos a aceitar as imperfeições das
histórias de ficção produzidas pela inteligência
artificial.
- (D) temem não compreender histórias criadas com uma
linguagem verbal distinta da dos seres humanos.
- (E) acreditam ser possível ensinar aos robôs aquilo que
os escritores conhecem sobre a história humana.

08. Os termos em destaque no trecho – ... não duvido da
capacidade robótica de nos **abismar**, confio que em
pouco tempo computadores comporão obras **conside-
ráveis**... (3º parágrafo) – apresentam como sinônimos,
respectivamente, os termos:

- (A) conquistar e essenciais.
- (B) espantar e notáveis.
- (C) encantar e peculiares.
- (D) indignar e espetaculares.
- (E) superar e incomparáveis.

09. Nos trechos – ... e alertam **com sabedoria**... (2º parágra-
fo) – e – ... a morte literal **ainda** me parece um terror mais
palpável (3º parágrafo) –, as expressões em destaque
apresentam respectivamente ideias de

- (A) afirmação e intensidade.
- (B) intensidade e tempo.
- (C) modo e dúvida.
- (D) afirmação e dúvida.
- (E) modo e tempo.

10. As expressões em destaque no trecho – Desconfio que
não **queiramos** livros escritos sem suor e intenção, re-
digidos por seres **insensíveis às** desrazões da arte, por
seres **indiferentes à** história humana... (3º parágrafo) –
podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) visemos a ... alheios às ... que menosprezam a
- (B) aspiremos à ... apartados nas ... que ignoram à
- (C) aspiremos a ... alheios as ... que desconhecem à
- (D) visemos à ... apartados das ... que ignoram a
- (E) almejemos a ... alheios das ... que menosprezam à

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Conforme a Doutrina, qual característica jurídica do Parlamentarismo pode ser considerada correta?

- (A) Cabe exclusivamente ao chefe de Estado o poder de dissolver o Legislativo ou, pelo menos, sua Câmara Baixa, para convocar nova eleição.
- (B) O Monarca ou o Presidente da República é o *chefe* de governo, enquanto o Primeiro Ministro é o *chefe* de Estado.
- (C) É um regime de divisão de poderes, na medida em que adota a distinção clássica das funções do Estado e sua atribuição a órgãos diversos.
- (D) Uma vez constituídos, os Poderes Legislativo e Executivo tornam-se independentes e somente podem ser dissolvidos por nova votação popular.
- (E) A maioria parlamentar pode ser dissolvida pelo processo de moção de desconfiança realizada pelo Chefe de Governo.

12. No que toca ao Controle difuso de constitucionalidade, é correto afirmar que

- (A) o pronunciamento do Plenário, pela rejeição ou acolhimento da arguição de inconstitucionalidade, é irreversível.
- (B) é requisito essencial para interposição de recurso extraordinário a juntada do Acórdão do Pleno que julgou precedente semelhante de inconstitucionalidade para aferição do caso concreto, se a matéria tratar de reconhecimento de incidente de constitucionalidade pelo órgão fracionário.
- (C) a arguição de inconstitucionalidade será acolhida se obtiver a maioria simples dos votos dos integrantes do Pleno do Tribunal, pelo menos em relação a um dos vários fundamentos.
- (D) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, mas afaste sua incidência no todo ou em parte, não viola a cláusula de reserva de plenário.
- (E) é requisito essencial para análise de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal a juntada da tira de julgamento realizado pelo Pleno do Tribunal que declarou a inconstitucionalidade de lei.

13. A qual órgão do Poder Judiciário compete processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de contas da União?

- (A) Ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- (B) Ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
- (C) À Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.
- (D) Ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Ao Supremo Tribunal Federal.

14. Com relação à eficácia e aplicabilidade da Norma Constitucional, o artigo 180 da Constituição Federal, ao estabelecer que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como “fator de desenvolvimento social e econômico”, pode ser classificado como norma constitucional de eficácia

- (A) plena e pragmática.
- (B) contida e programática.
- (C) contida e restringível.
- (D) limitada e programática.
- (E) autoexecutável.

15. Considere o disposto no artigo 29 da Constituição Federal, no sentido de que “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos [...]”.

Assinale a alternativa correta sobre o preceito que se subsume totalmente à normativa mencionada.

- (A) O julgamento de processo criminal instaurado contra o Prefeito do Município será processado perante o Juízo de Primeiro Grau da Comarca respectiva.
- (B) A iniciativa popular de projetos de lei de interesse de regiões administrativas de Municípios pode ser iniciada em um dos Municípios que a compõem, mediante manifestação de, no mínimo, dois por cento do eleitorado de cada Município.
- (C) Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por Decreto executivo no início da Legislatura.
- (D) O total de despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
- (E) Nos Municípios com mais de cem mil eleitores, a eleição para Prefeito e Vice-Prefeito será realizada no 1º domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder.

16. Dentre as competências dos entes Federativos para legislar, aquela possível ao Município, desde que em simetria com as Constituições Federal e Estadual, é legislar sobre
- (A) o trânsito e transporte.
 - (B) a proteção de documentos, das obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.
 - (C) o sistema estatístico e cartográfico.
 - (D) as condições para o exercício de profissões.
 - (E) a produção e o consumo.
17. Considerando que houve um pedido para instauração de Comissão Parlamentar de inquérito na Câmara de Vereadores da cidade de “Jatialivre”. Foi determinada a criação da referida CPI e instalada, no que foi efetivada a referida instalação e processamento. Para que ela possa ter a eficácia jurídica de instalação, processamento e conclusão, é correto dizer que houve requerimento para instalação de CPI, formulado
- (A) por 10 vereadores do total de 55 que compõem a Câmara Legislativa; o objeto foi delimitado à investigação das atividades administrativas do Prefeito, conforme denúncia de eleitores, e fixou-se um prazo de 120 dias para conclusão.
 - (B) por 15 vereadores do total de 55 que compõem a Câmara Legislativa, o objeto de investigação foi determinado para apurar a compra de uniformes para rede escolar do Município, conforme denúncia e provas e fixou-se um prazo de 90 dias para conclusão.
 - (C) por 17 vereadores do total de 55 que compõem a Câmara Legislativa, o objeto de investigação foi determinado para apurar a forma de governo exercida pelo Prefeito na condução do executivo, conforme denúncia e provas, e fixou-se um prazo de 30 dias para conclusão, com possibilidade de prorrogação até o resultado final da apuração.
 - (D) por 13 vereadores do total de 55 que compõem a Câmara Legislativa, o objeto de investigação foi determinado para apurar a desídia do Executivo quanto à manutenção asfáltica das vias públicas do Município, conforme denúncia e provas, fixando-se o prazo de 90 dias para conclusão e sem possibilidade de prorrogação.
 - (E) por 20 vereadores do total de 55 que compõem a Câmara Legislativa, o objeto de investigação foi determinado para apurar irregularidades na gestão do Prefeito e do Secretário Municipal da Educação na gestão da verba pública para a educação do Município, conforme denúncias e provas, fixando-se o prazo de 90 dias para conclusão, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período.

18. Considerando o disposto no art. 170 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta que apresenta princípios efetivos sobre o tema regulados pela Carta Magna.
- (A) A ordem econômica, fundada na função social da propriedade, adota sistema intervencionista do Estado para a busca no cumprimento da igualdade social.
 - (B) A ordem econômica, fundada na livre iniciativa, impede a intervenção normativa do Estado para regular a atividade econômica.
 - (C) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano, pauta-se pela redução das desigualdades sociais e pela busca do pleno emprego.
 - (D) A ordem econômica tem como parâmetro proteger empresas nacionais e busca dar tratamento diferenciado a estas em detrimento de empresas estrangeiras instaladas no País, mas com sede no exterior.
 - (E) A ordem econômica assegura a propriedade privada, independentemente de seu uso, quando seu titular for empresa nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. No que tange aos princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Administrativo, é correto afirmar que
- (A) à Administração Pública é lícito, por ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações e impor vedações aos administrados.
 - (B) ligado ao princípio da supremacia do interesse público está o da finalidade pública, segundo o qual poderão, as pessoas administrativas, dispor sobre os interesses públicos confiados à sua guarda e realização.
 - (C) ao princípio da impessoalidade está relacionado o da finalidade pública, do qual decorrem as vedações constantes do artigo 37, §1º da Constituição Federal.
 - (D) a moralidade administrativa equivale à moralidade comum, porquanto ambas contemplam honestidade e boa-fé, assim como equidade e justiça, atributos aplicáveis a qualquer pessoa, jurídica ou política.
 - (E) pelos princípios da moralidade e da supremacia do interesse público, são considerados legítimos os atos praticados pela Administração Pública, mesmo quando o benefício trazido à coletividade é inferior ao ônus suportado pelo receptor do ato.

20. Quanto à lei federal que Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, assinale a alternativa correta.
- (A) É dispensável no protocolo de intenções a definição do número de votos a que cada ente da Federação consorciado possui na assembleia geral.
 - (B) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, incluindo-se os atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.
 - (C) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, sendo indispensável a licitação.
 - (D) É anulável a disposição do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, inclusive a doação do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
 - (E) Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, sendo dispensada a licitação.
21. Nos termos da Lei Federal nº 9.784/99 (processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal) assinale a alternativa correta.
- (A) A competência para processar e julgar é irrenunciável e inderrogável, exercendo-se pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, vedada a delegação ou avocação.
 - (B) Estão legitimados para interpor recurso administrativo os cidadãos ou associações, quando o processo versar sobre direitos ou interesses difusos.
 - (C) Os atos administrativos dependem de forma determinada, sob pena de violação aos princípios da legalidade, contraditório e ampla defesa.
 - (D) Pelo princípio da supremacia do interesse público, quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente deverá abrir período de consulta pública para a manifestação de terceiros.
 - (E) Deverá o órgão de instrução que formular relatório opinativo e com proposta de decisão à autoridade competente, intimar à parte interessada do conteúdo do ato administrativo, sob pena de violação ao princípio da publicidade.
22. Assinale a alternativa que corretamente contém o instrumento de intervenção sobre a propriedade privada contemplado na Constituição Federal, através do qual, em prestígio à primazia do interesse público sobre o particular, em situação de perigo público iminente, o Estado utiliza-se de bem, mediante indenização ulterior, se houver dano.
- (A) Requisição.
 - (B) Tombamento.
 - (C) Servidão administrativa.
 - (D) Desapropriação.
 - (E) Confisco.
23. Nos termos da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é correto afirmar que é inexigível a licitação, quando inviável a competição, entre outras, na seguinte hipótese:
- (A) Contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
 - (B) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - (C) Contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração Pública, que objetivem a transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
 - (D) Aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
 - (E) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

24. Assinale a alternativa correta.

- (A) Descentralização é a distribuição interna de competências, ou seja, dentro de uma mesma pessoa jurídica, e está ligada à organização hierárquica da Administração Pública, objetivando uma redução racional do grande volume de suas atribuições.
- (B) A empresa pública é pessoa jurídica de direito público, com capital inteiramente privado e a possibilidade de participação das entidades da Administração Indireta.
- (C) A sociedade de economia mista é a pessoa jurídica de direito público, em que há conjugação de capital público e privado.
- (D) Agência reguladora é dotada de personalidade jurídica de direito público e é criada para o desempenho de funções normativas ou reguladoras de serviços públicos, dentre outras atividades administrativas próprias da pessoa política que a criou.
- (E) Em decorrência da capacidade de autoadministração, as autarquias não estão sujeitas a controle ou tutela.

25. Quanto ao ato administrativo, é correto afirmar que

- (A) são irrevogáveis os atos que a Administração Pública não mais pode retirar do mundo jurídico por razões administrativas ligadas à sua conveniência e oportunidade.
- (B) atos compostos são aqueles cuja vontade final da Administração requer a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia em cada uma das manifestações.
- (C) imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (D) os elementos do ato administrativo são o sujeito, o objeto, a autoexecutoriedade e a finalidade.
- (E) motivo e motivação equivalem-se na medida em que exigem a demonstração, por escrito, dos pressupostos fáticos de existência do ato administrativo.

26. Determinada empresa foi sancionada, por meio de processo administrativo, à pena de advertência pela inexecução parcial de serviços para os quais foi contratada, após processo de licitação. Inconformada, a empresa socorreu-se do Poder Judiciário alegando ser a sanção descabida, pois, no curso do processo administrativo, encontrava-se desassistida de defesa técnica.

Ante o exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de defensor técnico no processo administrativo que impuser sanção ao administrado provoca vício insanável por violação aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa.
- (B) É imprescindível a atuação de advogado nos processos administrativos, nos termos do artigo 133, da Constituição Federal.
- (C) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (D) São anuláveis, no processo administrativo, as sanções decorrentes do exercício do poder disciplinar, haja vista que o administrado interessado é desprovido de capacidade postulatória.
- (E) A sanção deve ser anulada, pois, aos litigantes, nos termos do artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

27. Vitor e Hélio, sócios e amigos, decidem realizar um contrato de compra e venda. Vitor vende a sua casa pelo valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para Hélio, mas para pagarem um valor menor de imposto, declaram na escritura pública que o imóvel foi vendido por R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o contrato de compra e venda é

- (A) nulo, por se tratar de uma simulação absoluta.
- (B) anulável, por se tratar de uma simulação absoluta.
- (C) anulável, por se tratar de negócio jurídico viciado por dolo das partes.
- (D) válido na substância e na forma, anulando-se apenas o valor aparente da escritura pública.
- (E) válido apenas na substância, anulando-se a transferência do imóvel.

28. No que diz respeito à decadência convencional, assinale a alternativa correta.

- (A) É possível a sua renúncia.
- (B) Fica suspensa entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (C) O juiz deve reconhecer de ofício.
- (D) Apenas a parte a quem aproveita pode alegá-la, desde que na primeira oportunidade de falar nos autos.
- (E) Qualquer das partes pode alegá-la, em qualquer grau de jurisdição.

29. Assinale a alternativa que demonstra corretamente um efeito jurídico da solidariedade ativa nas relações externas.

- (A) Em regra, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores aproveitará aos demais.
- (B) O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveitará-lhes, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.
- (C) O pagamento feito a um dos credores extingue inteiramente a dívida.
- (D) A renúncia da prescrição em face de um dos credores só aproveitará aos outros se o objeto da obrigação for indivisível.
- (E) Se um dos credores se tornar incapaz, encerra-se a solidariedade.

30. João é inquilino de um imóvel alugado há 10 anos e sempre pagou o valor mensal do aluguel com um atraso médio de 15 dias. O proprietário do imóvel nunca tomou qualquer providência para cobrar os atrasos e sempre aceitou os pagamentos com atraso sem impor qualquer multa ou cobrança adicional.

Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O proprietário do imóvel pode, a qualquer momento, cobrar os atrasos no pagamento do aluguel referentes aos últimos 10 anos, mesmo tendo aceitado os pagamentos com atraso anteriormente.
- (B) João deve arcar com o pagamento dos atrasos no aluguel referentes aos últimos 10 anos, mesmo que o proprietário não tenha cobrado anteriormente, pois a *supressio* não se aplica a contratos de locação.
- (C) João está isento do pagamento dos atrasos no aluguel, uma vez que o proprietário aceitou os pagamentos com atraso durante todos esses anos, configurando a *supressio*.
- (D) O proprietário do imóvel pode cobrar os atrasos no pagamento do aluguel apenas se houver uma cláusula expressa no contrato de locação permitindo a cobrança retroativa.
- (E) A *supressio* só é aplicável se houver uma renúncia formal do proprietário do imóvel aos atrasos no pagamento do aluguel, o que não ocorreu nesse caso.

31. Acerca do instituto da hipoteca, assinale a alternativa correta.

- (A) É um direito real de garantia que confere ao credor o poder de penhorar um bem móvel do devedor em caso de inadimplemento.
- (B) Trata-se de um direito pessoal que confere ao credor o poder de penhorar um bem móvel do devedor em caso de inadimplemento.
- (C) Corresponde a um direito de preferência que confere ao devedor a prioridade no recebimento dos valores referentes à dívida.
- (D) É um contrato bilateral que estabelece a transferência da propriedade de um bem imóvel ao credor como garantia do pagamento da dívida.
- (E) Pode ser constituída para garantia de dívida futura ou condicionada, desde que determinado o valor máximo do crédito a ser garantido.

32. Joana propôs ação de ressarcimento em face de Madalena que, devidamente citada, apresentou o rol de testemunhas de defesa e, propositalmente, forneceu endereço errado de suas testemunhas de forma a atrasar o andamento processual. As testemunhas não foram intimadas a depor. Joana, por sua vez, apresentou o rol de testemunhas, mas o juiz indeferiu indevidamente. Foi realizada a audiência e proferida sentença julgando improcedente a ação.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Madalena pode alegar a nulidade da intimação, desde que reste comprovado que a ausência do depoimento das testemunhas lhe causou prejuízo.
- (B) Joana poderá, a qualquer momento, alegar a nulidade da sentença em razão do indeferimento do seu pedido de produção de provas.
- (C) Caso seja pronunciada a nulidade da sentença, não é necessária a declaração expressa de quais os atos atingidos, bastando que sejam retificados.
- (D) Por se tratar de uma nulidade relativa, a sentença não será repetida, devendo os autos serem submetidos ao Tribunal de Justiça para apreciação.
- (E) Anulada a sentença, consideram-se de nenhum efeito todos os atos subsequentes que dela dependam.

33. No que diz respeito ao Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, assinale a alternativa correta.

- (A) Em regra, é necessária a intervenção do Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, no incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- (B) Há litisconsórcio passivo necessário quando requerida a desconsideração da personalidade jurídica, juntamente com outro pedido formulado na petição inicial ou incidentemente no processo em curso.
- (C) Quando a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, incumbe ao sócio ou à pessoa jurídica, na contestação, impugnar não somente a própria desconsideração, mas também os demais pontos da causa.
- (D) Resolvida a desconsideração da personalidade jurídica na sentença, caberá agravo de instrumento para o capítulo a ela relativo.
- (E) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será eficaz em relação ao requerente.

34. De acordo com a doutrina majoritária, o procedimento comum é composto por quatro fases. A fase

- (A) postulatória é a fase inicial, na qual o Autor expõe sua causa de pedir mediante a apresentação da petição inicial em juízo. A fase postulatória se inicia com a petição inicial e se prolonga até a citação do réu.
- (B) ordinatória é a segunda fase do procedimento comum, na qual são produzidas as provas.
- (C) instrutória é a fase do procedimento na qual o juiz cumpre providências preliminares para proferir o julgamento.
- (D) decisória, é a fase na qual a sentença é proferida pelo juiz, sendo certo que a sentença pode ser proferida em audiência ou no prazo de 30 dias.
- (E) ordinária, na qual a contestação deve ser peticionada antes da produção das provas.

35. Beatriz e Rafael, primos, decidem assinar um contrato para elaboração de um projeto conjunto. Eles concordam com os termos do contrato e assinam o documento, estabelecendo as responsabilidades e obrigações de cada parte. Algum tempo depois, Rafael passa a descumprir suas obrigações, e Beatriz propõe ação judicial para rescindir o contrato e receber os valores devidos. Rafael, citado, apresenta contestação e junta aos autos, como prova, um contrato falso, com alterações nas cláusulas que o eximem de pagar qualquer valor a título de indenização para Beatriz.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Beatriz deverá suscitar a falsidade no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da intimação da junta do contrato falso aos autos.
- (B) Se Beatriz suscitar a falsidade como questão principal, a decisão do magistrado sobre o assunto constará da parte dispositiva da sentença e sobre ela incidirá também a autoridade da coisa julgada.
- (C) A falsidade arguida por Beatriz deverá ser decidida como questão principal, salvo se ela requerer que seja resolvida como questão incidental.
- (D) Beatriz arguirá a falsidade expondo os motivos em que funda a sua pretensão, não sendo necessário, neste momento, apresentar os meios com que provará o alegado.
- (E) Rafael poderá retirar o contrato dos autos desde que o faça antes de sua oitiva acerca da falsidade alegada por Beatriz.

- (A) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Não cabe reclamação, por usurpação da competência do Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal, contra a decisão de juiz de primeiro grau que inadmitir recurso de apelação.
- (C) A reclamação, quando ajuizada dentro do prazo recursal, por si só, não impede o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- (D) Cabe reclamação contra a decisão proferida no agravo interno interposto contra a decisão do presidente do tribunal recorrido que der seguimento ao recurso especial ou extraordinário fundado na aplicação de entendimento firmado em repercussão geral.
- (E) Cabe reclamação, por usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, contra a decisão de presidente ou vice-presidente do tribunal de 2º grau que admitir recurso extraordinário com fundamento em repercussão geral já julgada.

37. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, impugnar a execução, podendo arguir, dentre outros argumentos, a inexigibilidade da obrigação. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou como inexigível a obrigação poderão ser modulados no tempo, de modo a favorecer a Fazenda Pública.
- (C) A decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou como inexigível, se proferida depois do trânsito em julgado da decisão exequenda, não gera qualquer efeito, pois prevalece a coisa julgada, não cabendo ação rescisória.
- (D) Se a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou como inexigível a obrigação for proferida após o trânsito em julgado da decisão exequenda, caberá reclamação.
- (E) O prazo para impugnar a execução é de trinta dias e pode ser feita nos próprios autos ou em autos apartados.

38. Adam Smith Robespierre da Silva, político com ideias liberais, eleito deputado federal, inicia a coleta de assinaturas de outros parlamentares para apresentação de emenda constitucional voltada a pôr fim à imunidade constitucional de templos de qualquer culto. O seu principal argumento reside na ideia de que o Estado brasileiro é laico e que a justificativa histórica para a existência de imunidade tributária a templos de qualquer culto, qual seja a de que a Igreja durante muito tempo se ocupou de atividades de interesse público, tais como assistência, educação e registros cartoriais, não mais persiste. A respeito desta situação hipotética é correto afirmar que

- (A) as imunidades tributárias não estão no âmbito de proteção das cláusulas pétreas constitucionais, de maneira que a proposta apresentada pelo parlamentar poderá ser implementada, se cumprido o rito constitucional de aprovação das emendas constitucionais.
- (B) o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a laicidade do Estado brasileiro é impeditivo para a ampla adoção das imunidades tributárias constitucionais relativas aos templos de qualquer culto, a qual deve ser interpretada de modo restritivo.
- (C) por ter a referida imunidade alicerce na proteção ao direito fundamental da liberdade de crença, considera-se a proposta de emenda como inconstitucional, pois tendente a abolir direito ou garantia constitucional.
- (D) a imunidade a que se refere o anteprojeto de emenda constitucional proposto pelo parlamentar é classificada como uma imunidade objetiva e específica, pois estende-se a todos os tributos de um tipo específico de contribuinte.
- (E) as imunidades tributárias são consideradas como cláusulas pétreas constitucionais, independentemente de qual o interesse protegido por elas, de maneira que não se admite emenda com o objetivo de instituir tributo quando o constituinte originário não o previu.

39. Determinado município da Federação, com o objetivo de reduzir o custo de captação das suas operações de crédito junto ao mercado, propõe ao Presidente da República que este edite medida provisória isentando a renda das obrigações da dívida pública dos municípios do imposto federal sobre a renda e os proventos de qualquer natureza. A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) a proposta é inconstitucional, pois a União não pode tributar diferentemente as rendas das obrigações da dívida pública de municípios em relação às obrigações da dívida federal, as quais não são isentas do imposto de renda.
 - (B) a proposta é inconstitucional, pois é vedado ao Presidente da República dispor sobre matéria tributária por meio de medida provisória, independentemente da aprovação do texto da medida pelo Congresso Nacional, no prazo de 60 (sessenta) dias.
 - (C) a proposta é inconstitucional, pois a receita de imposto de renda incidente na fonte sobre proventos pagos pelos municípios pertence aos próprios municípios, de modo que não cabe à União dispor sobre tais receitas, seja mediante medida provisória ou outro instrumento legal.
 - (D) a proposta seria constitucional apenas no caso de a introdução da isenção ocorrer mediante lei complementar e desde que respeitado o princípio da anterioridade, visto tratar-se de receita sujeita a essa regra constitucional.
 - (E) desde que atendidas as condições relativas à responsabilidade fiscal, tais como a estimativa de impacto orçamentário e introdução de eventual compensação à renúncia de receitas, a proposta não se afigura como inconstitucional.
40. A respeito do uso da analogia em direito tributário, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional (CTN) e na jurisprudência nacionais, que
- (A) pode ser aplicada para estender a exigência de tributo à situação não expressamente prevista em lei, conforme expressa autorização do CTN, desde que a situação em concreto se assemelhe à chamada “situação paradigma”.
 - (B) permite a extensão das regras previstas no CTN sobre condições para o regular gozo das imunidades constitucionais referentes a impostos também à imunidade quanto às contribuições para a seguridade social.
 - (C) se trata do último recurso de integração da legislação tributária, após usadas outras técnicas como a equidade e a aplicação dos princípios gerais de direito e dos princípios de direito tributário.
 - (D) não difere da chamada interpretação ampliativa, na medida em que, em ambos os casos, altera-se a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal.
 - (E) não se admite o uso da analogia em direito tributário, por representar afronta ao princípio da segurança jurídica, ao princípio da legalidade e ao princípio da interpretação restritiva da norma tributária.
41. É correto afirmar sobre os fundos públicos especiais, com base na legislação nacional e na jurisprudência dos tribunais superiores no Brasil, que são criados
- (A) por lei ordinária, não contando, via de regra, com personalidade jurídica, representando vinculação de receita orçamentária à finalidade ou despesa específica.
 - (B) por lei complementar, não contando, via de regra, com personalidade jurídica, representando vinculação de receita orçamentária à finalidade ou despesa específica.
 - (C) apenas pela Constituição, não contando, via de regra, com personalidade jurídica, representando vinculação de receita orçamentária à finalidade ou despesa específica.
 - (D) por lei ordinária, contando, via de regra, com personalidade jurídica, representando vinculação de receita de impostos à finalidade ou despesa específica.
 - (E) por lei complementar, contando, via de regra, com personalidade jurídica, representando vinculação de receita orçamentária à finalidade ou despesa específica.
42. Sobre a execução orçamentária dos precatórios judiciais é correto afirmar, com base na legislação e na jurisprudência nacionais, que
- (A) possuem natureza de despesa de capital, independentemente da causa judicial de origem.
 - (B) as dotações orçamentárias serão consignadas diretamente ao Poder Judiciário.
 - (C) possuem natureza de despesa corrente, independentemente da causa judicial de origem.
 - (D) as dotações orçamentárias serão consignadas diretamente ao credor.
 - (E) não é necessário o prévio empenho da despesa, considerando tratar-se de dívida reconhecida judicialmente.

43. Nos termos da CLT e da jurisprudência do TST, assinale a alternativa correta relativamente à compensação da jornada de trabalho.
- (A) A convenção coletiva de trabalho não é o meio adequado para se ajustar a compensação de jornada de trabalho, devendo ser feita por acordo individual escrito.
 - (B) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
 - (C) Somente por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho é possível ser pactuado banco de horas, independentemente do prazo máximo para a compensação de jornada.
 - (D) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo individual escrito, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um mês, o limite máximo de sessenta horas semanais.
 - (E) É nulo de pleno direito o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é a denominada “semana espanhola”, que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra.
44. Sobre a alteração contratual na relação jurídica de emprego, assinale a alternativa correta considerando o regramento da CLT e a jurisprudência do TST acerca do tema.
- (A) É vedado ao empregador transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, ainda que não acarrete a mudança do seu domicílio.
 - (B) A determinação do empregador para que o seu empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança configura alteração unilateral do contrato.
 - (C) Nos contratos individuais de trabalho, somente é permitida a modificação das respectivas condições com o consentimento mútuo das partes envolvidas e, mesmo com esse consentimento, é necessário garantir que tais alterações não causem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula que infrinja essa garantia.
 - (D) É lícita a transferência imotivada do empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, quando exerça cargo de confiança.
 - (E) A alteração de data de pagamento pelo empregador, ainda que inexistente previsão expressa em contrato ou em instrumento normativo, viola a proibição de alteração unilateral prescrita no art. 468 da CLT, não se inserindo no “*jus variandi*” do empregador.
45. Havendo uma regra com diversas interpretações, deve ser adotada a mais vantajosa ao trabalhador. Existindo diversas normas sobre o mesmo assunto, deve-se aplicar aquela mais favorável ao trabalhador. Essas orientações aplicadas no âmbito do Direito do Trabalho decorrem de qual princípio?
- (A) Princípio tuitivo.
 - (B) Princípio da primazia da realidade.
 - (C) Princípio da imperatividade das normas trabalhistas.
 - (D) Princípio da proteção da boa-fé.
 - (E) Princípio da irrenunciabilidade de direitos.
46. No processo do trabalho, de acordo com a jurisprudência sumulada do TST, a decisão que concede tutela provisória antes da sentença é impugnável por meio de
- (A) recurso ordinário.
 - (B) recurso de revista.
 - (C) agravo de instrumento.
 - (D) mandado de segurança.
 - (E) agravo de petição.
47. Relativamente ao direito e processo do trabalho, de acordo com o STF, é correto afirmar:
- (A) o direito trabalhista não admite a prescrição intercorrente.
 - (B) os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento.
 - (C) no cálculo da indenização por acidente do trabalho não se computa o repouso semanal remunerado.
 - (D) a prescrição atinge somente as prestações de mais de cinco anos, reclamadas com fundamento em decisão normativa da Justiça do Trabalho, ou em convenção coletiva de trabalho, quando não estiver em causa a própria validade de tais atos.
 - (E) é devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

48. Tícia, *influencer* com milhares de seguidores, desgostosa com um procedimento estético, postou em suas redes sociais um vídeo, referindo-se a Caio, médico que realizou a intervenção, como carniceiro, estelionatário, acusando-o de a ter enganado, por cobrar por serviço não realizado. Fez críticas à conduta médica do Caio, às instalações da clínica e, ainda, o chamou de ser deplorável, da pior estirpe. Tícia, ao postar o vídeo, marcou a rede social de Caio, identificando-o publicamente. Caio, diante das ofensas, adota medida criminal contra Tícia, pela prática dos crimes de injúria, difamação e calúnia, que, diante disso, publica novo vídeo, pedindo desculpas por chamar Caio de ser deplorável e retratando-se quanto à acusação de estelionatário. Reafirmou, entretanto, que Caio fez um serviço de carniceiro, deixando-a deformada, o que provará, nas vias próprias.

Tendo em vista o caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo as ofensas feitas pela internet, a ação penal é condicionada à representação. A retratação quanto aos crimes de injúria e calúnia extingue a punibilidade deles, prosseguindo o feito quanto ao crime de difamação.
- (B) A ação penal é privada. Entretanto, em virtude de as ofensas terem sido feitas pela internet, descabe retratação para qualquer dos crimes.
- (C) A ação penal é privada. A retratação é admitida para o crime de calúnia, mas não para o de injúria. Quanto ao crime de difamação, ainda que Tícia intente provar as afirmações, descabe exceção da verdade.
- (D) A ação penal é privada. A retratação de Tícia, quanto aos crimes de injúria e calúnia, implicam extinção da punibilidade. Quanto ao crime de difamação, Tícia poderá apresentar exceção da verdade.
- (E) A ação penal é pública incondicionada, já que as ofensas foram praticadas pela internet. A retratação extingue a punibilidade dos crimes de injúria e calúnia. Quanto ao crime de difamação, antes de receber a denúncia, o juiz designará audiência de conciliação.

49. Tratando-se de inquérito policial, inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais instaurado para investigar servidores das instituições responsáveis pela segurança pública enumeradas no art. 144, da CF, para apurar fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, nos termos das disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o investigado deverá ser citado da instauração do inquérito, no prazo de até 48 horas, podendo constituir defensor, no mesmo prazo.
- (B) citado da instauração do inquérito e não constituído defensor pelo investigado, no prazo de 48 horas, será intimada a instituição a que vinculado o investigado à época da ocorrência, para indicar defensor para a representação do investigado.
- (C) a defesa do investigado, em não sendo constituído defensor particular, competirá exclusivamente à Defensoria Pública. Nos locais em que não estiver presente, será indicado profissional da instituição a que vinculado o investigado, à época dos fatos.
- (D) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão suportados pela Unidade Federativa correspondente à respectiva competência territorial do inquérito instaurado.
- (E) os custos do profissional indicado para a defesa do investigado, no caso da não atuação da Defensoria Pública, serão por ele suportados.

50. Tendo em conta os crimes contra a administração pública, bem como as disposições constantes do Código do Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de corrupção passiva, sancionado com pena privativa de liberdade de 2 a 12 anos, admite o acordo de não persecução penal, exceto na hipótese de incidência de causa de aumento, por extrapolar o requisito objetivo do quantum da pena cominada.
- (B) O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, sancionado com pena privativa de liberdade de três meses a 2 anos, não admite a decretação de medida cautelar, posto se tratar de infração de menor potencial ofensivo.
- (C) O crime de descaminho, sancionado com pena privativa de liberdade de 1 a 4 anos, será apurado por procedimento comum sumário, exceto na hipótese de incidência de causa de aumento, em que o procedimento será comum ordinário.
- (D) O crime de resistência, sancionado com pena privativa de liberdade de 2 meses a 2 anos, será apurado por procedimento comum sumaríssimo, exceto na hipótese da figura qualificada, em que o procedimento será comum sumário.
- (E) Os crimes contra a Administração Pública são regulados por procedimento específico, em que, antes de receber a denúncia ou queixa, o acusado é notificado para apresentar resposta preliminar, no prazo de 10 dias.

51. De acordo com o artigo 149 da Constituição da República, as contribuições previdenciárias instituídas para o custeio do regime próprio de previdência social do Município

- (A) serão cobradas dos servidores ativos e dos aposentados, vedado o estabelecimento de alíquotas progressivas.
- (B) poderão incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário mínimo, quando houver déficit atuarial.
- (C) serão cobradas dos pensionistas, de forma extraordinária e temporária, quando houver déficit atuarial.
- (D) poderão incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o teto do Regime Geral da Previdência Social, quando houver déficit atuarial.
- (E) serão cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, necessariamente com alíquotas progressivas.

52. Carla Madeira, titular do cargo efetivo de Professor da rede municipal de ensino desde 28 de janeiro de 1994, completou 55 anos de idade em 10 de junho de 2023. Nessas circunstâncias, é correto afirmar que o pleito de aposentadoria, protocolizado pela servidora aos 15 de julho de 2023, deverá ser

- (A) indeferido, pois a servidora não alcançou a idade e o tempo de contribuição exigidos para aquisição do benefício previdenciário.
- (B) deferido, com proventos calculados segundo a regra da média das maiores remunerações de contribuição, correspondentes a 80% do período contributivo.
- (C) deferido, com proventos calculados segundo a regra da média das remunerações de contribuição, correspondentes a 100% do período contributivo.
- (D) deferido, com proventos calculados segundo a regra da integralidade.
- (E) indeferido, pois a servidora não alcançou o tempo de contribuição exigido para aquisição do benefício previdenciário.

53. Otávio Paz, gerente de uma rede de lojas desde 13 de junho de 2023, faleceu aos 27 de maio do ano em curso, deixando companheira e três filhos, além da ex-cônjuge a quem pagava um salário mínimo a título de pensão alimentícia mensal.

Nesse contexto, é correto afirmar que Otávio

- (A) não legou pensão por morte, pois seu falecimento se deu antes que o período de carência houvesse decorrido.
- (B) legou pensão por morte à companheira, aos três filhos e à ex-cônjuge, em partes iguais.
- (C) legou pensão por morte apenas à companheira e aos três filhos, em partes iguais.
- (D) legou pensão por morte à companheira e aos três filhos, em partes iguais, e à ex-cônjuge, em valor equivalente a um salário mínimo.
- (E) legou pensão por morte apenas aos filhos, em partes iguais.

54. A Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, estabelece requisitos urbanísticos para loteamento, dentre os quais:

- (A) a obrigatoriedade, ao longo da faixa de domínio das ferrovias, da reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 8 (oito) metros de cada lado.
- (B) o dever de respeito à lei estadual ou distrital que aprovou o instrumento de planejamento territorial, nas áreas de faixas não edificáveis, ao longo das águas correntes e intermitentes, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho da margem, indicada em parecer elaborado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
- (C) a obrigatoriedade, ao longo da faixa de domínio das ferrovias, da reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) metros de cada lado.
- (D) o dever de atender, nas áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, à proporcionalidade da densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
- (E) a articulação entre as vias de loteamento e vias adjacentes periféricas, projetadas ou não, e harmonização com a topografia da bacia hidrográfica local.

55. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. Em relação ao pedido de indisponibilidade, afirma-se

- (A) incidirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas, pelo indiciado, exclusivamente no território nacional.
- (B) o pedido será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.
- (C) a indisponibilidade de bens deverá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder, comprovadamente, frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, devendo a urgência ser presumida.
- (D) a indisponibilidade de bens de terceiro dependerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados ou, quando se tratar de pessoa jurídica, independentemente da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- (E) é vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 120 (cento e vinte) salários mínimos depositados em caderneta de poupança ou em conta-corrente.

56. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada, é definido como:

- (A) coleta seletiva.
- (B) reutilização.
- (C) gestão integrada de resíduos sólidos.
- (D) logística reversa.
- (E) reciclagem.

DIREITO DO CONSUMIDOR

57. Maria presenteou José com um sapato da Marca X adquirido na loja de departamentos Y. José, ao usar o sapato, sentiu uma enorme dor no pé direito e ao descalçá-lo verificou que havia uma agulha presa à linha da costura do sapato. Uma evidente falha na fabricação que lhe causou uma perfuração profunda no pé, dando ensejo a um sangramento, obrigando-o a ir a um hospital. Local em que teve que se submeter a uma sutura no machucado causado pela falha do produto.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) José não é considerado consumidor, pois não comprou diretamente o sapato, sendo que poderá reclamar de eventuais direitos a partir dos ditames do Código Civil.
- (B) a responsabilidade a ser apurada pelo evento descrito fundamenta-se no vício do produto.
- (C) prescreve em cinco anos a pretensão à reparação dos danos causados pelo acidente de consumo, iniciando-se a contagem a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- (D) tanto a marca X, quanto a loja de departamentos Y, deverão ser responsabilizadas solidariamente pelos prejuízos a José.
- (E) apenas a loja de departamentos será responsabilizada pelos defeitos do sapato, por ser a fornecedora imediata do produto.

58. Assinale a alternativa correta sobre a proteção contratual tutelada pelas regras do Código de Defesa do consumidor:

- (A) a garantia contratual é complementar à legal e será conferida independentemente de termo escrito.
- (B) a nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato por inteiro.
- (C) a inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.
- (D) nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao fornecedor.
- (E) as multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a um por cento do valor da prestação.

59. Assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Santo André.

- (A) Compete ao presidente da Câmara Municipal dirigir e executar os trabalhos legislativos da Câmara, somente tendo direito a voto quando ocorrer empate nas votações.
- (B) Depende da aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal a aprovação de lei concernente a zoneamento urbano.
- (C) A discussão e votação da matéria constante da ordem do dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria qualificada de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara.
- (D) Compete ao Presidente da Câmara Municipal propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos servidores da Câmara e fixem os respectivos vencimentos.
- (E) Compete à Mesa da Câmara Municipal apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara.

60. Caio, que sempre foi servidor efetivo do Município de Santo André, filiado ao regime próprio de previdência social de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 01/2021, pretende futuramente computar dois períodos para fins de aposentadoria: um primeiro período de afastamento remunerado ocorrido em 2022 e previsto na legislação estatutária do Município, e um segundo de licença não remunerada do serviço público municipal ocorrido em 2023, concedida nos termos da legislação.

Nesse caso, assinale a alternativa correta de acordo com a legislação mencionada.

- (A) É permitida a contagem dos dois períodos para fins de aposentadoria, independentemente de contribuição individual.
- (B) É vedada a contagem para fins de aposentadoria do primeiro período mencionado.
- (C) É vedada a contagem para fins de aposentadoria dos dois períodos mencionados.
- (D) É permitida a contagem para fins de aposentadoria dos dois períodos, condicionado o segundo ao recolhimento das respectivas contribuições previdenciárias facultativas.
- (E) É permitida a contagem para fins de aposentadoria apenas do primeiro período mencionado, não havendo possibilidade de inscrição como contribuinte facultativo.

